



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (CFFC)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. MARCOS TAVARES)

Requer a realização de uma audiência pública para debater a situação crítica dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), em razão de denúncias de superlotação, estresse animal, abandono e precariedade estrutural.

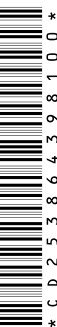
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II da Constituição Federal e dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja aprovado o presente requerimento de audiência pública, para debater a situação crítica dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), em razão de denúncias de superlotação, estresse animal, abandono e precariedade estrutural, convidando os seguintes representantes:

1. Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
2. Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
3. Representante da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA)
4. Representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
5. Representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal
6. Biólogos, veterinários e gestores de CETAS com atuação em campo
7. Representante do Ministério Público Federal – Grupo de Atuação em Meio Ambiente (4CCR/MPF)

Apresentação: 20/05/2025 22:04:16.537 - CFFC

REQ n.229/2025





JUSTIFICATIVA

Os Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) são unidades fundamentais para a execução da Política Nacional de Fauna, previstas no art. 225, §1º, inciso VII da Constituição Federal, na Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e regulamentadas pela Instrução Normativa IBAMA nº 179/2008. Sua função é acolher, identificar, diagnosticar, tratar, reabilitar e destinar adequadamente os animais silvestres resgatados, apreendidos ou entregues voluntariamente à autoridade ambiental.

Apesar dessa importância estratégica, os CETAS operam hoje em situação de colapso, enfrentando falta de recursos, superlotação, infraestrutura obsoleta e ausência de políticas coordenadas para a reabilitação e soltura dos animais.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Brasil possui 26 CETAS ativos, distribuídos em apenas 18 unidades da federação, sendo a maioria mantida em parceria com estados ou organizações da sociedade civil. Em 2022, mais de 90 mil animais silvestres passaram por esses centros — muitos em condições de estresse, ferimentos ou exaustão decorrentes do tráfico, maus-tratos ou perda de habitat.

Um relatório da Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), publicado em 2023, apontou que 80% dos CETAS visitados apresentavam deficiências graves na infraestrutura, carência de profissionais habilitados e ausência de planos formais de reabilitação e soltura. Em alguns casos, os animais permanecem por meses em jaulas ou viveiros improvisados, sem estímulo ambiental, com alta taxa de mortalidade e reinserção precária na natureza.

Especialistas e servidores relatam ainda que, nos bastidores dos CETAS, o cenário é de abandono técnico e logístico, com centenas de animais amontoados, debilitados, submetidos a estresse contínuo e sem acesso adequado a tratamento veterinário especializado. A situação é agravada pela ausência de financiamento permanente, já que não existe dotação específica da União para manutenção das unidades, que dependem de convênios intermitentes ou do comprometimento de ONGs e universidades parceiras.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Além disso, a ausência de um sistema nacional integrado de dados sobre fauna resgatada e apreendida compromete a transparência e a capacidade de gestão do problema em escala nacional. A falta de indicadores públicos atualizados impede o planejamento ambiental eficiente, além de dificultar o controle social sobre a aplicação dos recursos e a destinação dos animais.

Segundo a ONG RENCTAS (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres), o tráfico ilegal de animais silvestres no Brasil movimentava cerca de R\$ 3 bilhões por ano, com mais de 38 milhões de animais retirados da natureza anualmente. O impacto direto sobre os CETAS é evidente: são eles que absorvem a maior parte dessa demanda repressiva, sem que o Estado lhes garanta suporte proporcional.

Diante desse quadro alarmante, é urgente a realização de audiência pública com os órgãos ambientais, instituições de pesquisa, operadores do direito ambiental e representantes da sociedade civil organizada, para que se identifiquem falhas, proponham soluções estruturantes e definam caminhos para a modernização dos CETAS.

A proteção da fauna silvestre não pode mais ser tratada como responsabilidade marginal ou de execução informal. Ela é parte integrante da conservação ambiental, da biodiversidade e da saúde única, nos termos defendidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente Requerimento de Audiência Pública, em defesa de uma política nacional séria, eficiente e humanizada para os animais silvestres no Brasil.

Sala das Sessões, de Maio de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

